

Thales Messias
Pires Cardoso

DIREITOS FUNDAMENTAIS E TECNOLOGIA:

O Uso de Dados
Genéticos para a
Persecução Penal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

Copyright © 2022 by Thales Messias Pires Cardoso

Categoria: Direito Constitucional

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C268d

Cardoso, Thales Messias Pires

Direitos fundamentais e tecnologia : o uso de dados genéticos para a persecução penal / Thales Messias Pires Cardoso. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

208 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 175-183.

ISBN 978-65-5510-961-0

1. Processo penal – Brasil. 2. Persecução penal. 3. Genética humana
Legislação. 4. Direito à privacidade – Brasil. 5. Proteção de dados I. Título.

CDD 345.8105

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

Sumário

Apresentação	XIII
Prefácio	XVII
Introdução	1
1 O Direito Fundamental à Intimidade	3
1.1 Considerações Introdutórias	3
1.2 Antecedentes	4
1.3 Estados Unidos da América: The Right to Privacy.....	7
1.4 Direito internacional, europeu continental e brasileiro: a intimidade como direito da personalidade	16
1.5 O conceito do direito à intimidade	22
2 O Direito Fundamental à Proteção de Dados de Caráter Pessoal	29
2.1 A sociedade da informação	29
2.2 A tensão entre as novas tecnologias e os direitos fundamentais.....	30
2.3 Os direitos fundamentais afetados	32
2.4 A configuração de um direito autónomo.....	36
2.4.1 O desenvolvimento inicial	36
2.4.2 Os instrumentos internacionais	37
2.4.3 Alemanha: o direito à autodeterminação informativa	44
2.4.4 Espanha: o direito à proteção de dados	47
2.4.4.1 A Ley Orgánica 3/2018.....	50
2.4.5 Brasil: a garantia constitucional (Habeas Data) e a tardia Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	51
2.5 O conteúdo e limites do direito à proteção de dados pessoais.....	56
2.5.1 Princípios e regras.....	56
2.5.2 Limites dos direitos fundamentais: conteúdo essencial e princípio da proporcionalidade.....	58
2.5.3 Conteúdo e limites do direito à proteção de dados pessoais	68

3 Os Dados Genéticos e o Direito a uma Proteção Específica	73
3.1 Os dados genéticos e suas diferentes aplicações	73
3.1.1 O desenvolvimento da Biotecnologia e da Genética: esclarecimentos sobre o genoma humano	73
3.1.2 As diferentes aplicações da análise do DNA humano.....	76
3.1.3 Dados genéticos: singularidade e particular afetação dos direitos fundamentais.....	77
3.2 A especial tutela dos dados genéticos: o direito à proteção dos dados genéticos	81
3.2.1 Os instrumentos internacionais inspiradores das legislações internas.....	81
3.2.2 Espanha.....	89
3.2.3 Brasil.....	92
3.3 O tratamento de dados genéticos para fins criminais como exceção ao princípio do consentimento informado e sua disciplina específica.....	95
3.3.1 A impressão digital genética única de cada pessoa	95
3.3.2 A disciplina específica do tratamento de dados genéticos para fins de investigação criminal	97
4 A Utilização de Dados Genéticos para a Identificação Criminal	101
4.1 A confiabilidade da identificação humana pela impressão digital genética	101
4.2 A obtenção do perfil de DNA, com especial referência ao Direito espanhol.....	106
4.2.1 A coleta de amostras duvidosas	108
4.2.2 A coleta de amostras indubitadas.....	113
4.2.2.1 As intervenções corporais.....	113
4.2.2.2 A coleta de amostras diretamente da pessoa como intervenção corporal e os direitos fundamentais afetados	119
4.2.3 A coleta de amostras abandonadas	135
4.3 A obtenção do perfil de DNA no direito brasileiro	137
4.4 Os bancos de dados de perfis de DNA.....	143
4.4.1 O sistema Prüm	152
4.4.2 O banco de dados de perfis genéticos da Interpol.....	156

4.4.3 O banco de dados de perfis genéticos na Espanha.....	157
4.4.4 O banco de dados de perfis genéticos no Brasil.....	160
Conclusão	171
Bibliografia	175